

Como pensar a sociedade de conhecimento?¹

*João Arriscado Nunes**

Resumo: Este artigo discute as sociedades do conhecimento, sociedades baseadas na informação, sociedades em rede, sociedades de risco. O artigo parte da constatação da centralidade da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo e do modo como elas transformaram profundamente a vida quotidiana, ao ponto de ser hoje praticamente impossível conceber o mundo sem elas. Entretanto, os conhecimentos e as tecnologias, incluindo o conhecimento científico-social, assumem múltiplas formas e são mobilizados, seja como modos de conferir ordem ao mundo, seja como recursos para a sua desestabilização e transformação. O papel dos cientistas em ciências sociais e humanas não é apenas contribuir para a explicação, a compreensão e a construção de respostas solidárias a estes problemas, mas se reconhecerem como co-produtores do mundo que estudam. Eles serão, assim, testemunhas articuladas num mundo em transformação.

Palavras-chave: Educação e tecnologia; sociedade do conhecimento; ciência e tecnologia; sociologia da tecnologia.

Abstract: This article brings a discussion on knowledge societies. They are endangered, information-based and web-based societies. Considerations start from verifying the centrality of science and technology in the contemporary world and how deeply they change everyday life. Changes are so intense that it is practically impossible to conceive the world without them. However, knowledges and technologies, including social-scientific knowledge, take multiple forms, and they are moved as ways of granting the world some order and as resources for its disarrangement and transformation. The role of scientists in social and human sciences is not only to contribute to explaining, understanding and building answers that are supportive to these problems, but also to see themselves as co-producers of the world they study. This way, they will be inter-related acting witnesses in a changing world.

Key words: Education and technology; knowledge society; science and technology; technology sociology.

Proliferam hoje os termos para caracterizar as sociedades da última virada de século: sociedades do conhecimento, baseadas no conhecimento, da informação, em rede, de risco.

* Professor Doutor, Pesquisador do Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal. jan@ces.uc.pt

1. Intervenção na Mesa Redonda "Teoria Crítica, Tecnologia e Educação", I Seminário de Epistemologia e Teorias da Educação – EPISTED, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 6 de dezembro de 2005.

Quando se procura caracterizar a especificidade das sociedades contemporâneas como, por exemplo, sociedades de conhecimento, é importante interrogar o que se entende precisamente por conhecimento e o que distingue estas sociedades de outras, noutras épocas e noutros contextos geográficos.

O que se entende por conhecimento? Como se identifica e como se valida o que conta como conhecimento? Como é esse conhecimento produzido e mobilizado e quais os seus efeitos e as suas consequências para o mundo e para a sociedade? Como são governadas essas sociedades e qual a relação entre governação e conhecimento? Por que passou a relação entre conhecimento, governação e cidadania a ocupar um lugar tão central na pesquisa em ciências sociais e humanas?

Uma primeira resposta a essas perguntas, sumária e deliberadamente simplificada, é que o conhecimento de que se fala, quando se mencionam sociedades de conhecimento, inclui o conhecimento científico, o conhecimento tecnológico e os conhecimentos associados a profissões que vão buscar recursos e legitimação ao conhecimento científico.

Esse conhecimento existe em instituições, em competências e saberes incorporados, em cânones disciplinares, em objectos e sistemas tecnológicos. Por onde passa exactamente a fronteira entre o que é e não é conhecimento, nesta acepção, nem sempre está bem definido. Estarão as humanidades incluídas nessa concepção de conhecimento? E a educação? Serão certas formas de experiência e de competência profissional, prática, local consideradas como parte desse conhecimento? Serão os conhecimentos “outros”, de grupos sociais dominados, marginalizados ou excluídos ou de populações de países do Sul (“não-ocidentais”), parte desse conhecimento? Poderão alguns desses “outros” conhecimentos, como a medicina védica ou a medicina chinesa, ou ainda os conhecimentos agronómicos dos camponeses dos Andes ser descritos como ciências, alargando-se e diversificando-se deste modo a definição destas, como tem sido discutido por Sandra Harding (1998) e outros autores?²

Historicamente, a demarcação entre ciência e não-ciência, entre conhecimento e opinião passou, por exemplo, por criar, muitas vezes, fronteiras onde estas não existiam: entre astronomia e astrologia, entre química e alquimia, entre medicina e outras práticas de cura. A história acidentada da hipnose mostra como a definição de uma dada prática como científica pode variar ao longo da sua existência e levar a sucessivas excomunhões e reabilitações pelas práticas estabelecidas como científicas ou baseadas na ciência, como mostraram os trabalhos de Isabelle Stengers (1996/97). O trabalho de demarcação entre conhecimento e não-conhecimento ou, alternativamente, de articulação ou mediação entre formas de conhecimento é, reconhecidamente, um aspecto central da produção de conhecimento

2. Vejam-se, por exemplo, as contribuições incluídas em Santos, 2004a.

e da sua apropriação social e de distribuição da autoridade cultural dos diferentes saberes.

Mas independentemente dessas interrogações sobre o que é e o que não é conhecimento, é indiscutível a centralidade da ciência e da tecnologia e o modo como elas transformaram profundamente o mundo em que vivemos, ao ponto de ser hoje praticamente impossível conceber o mundo sem elas. A divisão do trabalho, as relações de poder, as hierarquias sociais, a igualdade e a diferença, a desigualdade e a heterogeneidade, a inclusão e a exclusão, o desenvolvimento e o atraso, a prosperidade e a pobreza, a ordem e a desordem são hoje pensados a partir das associações do social e do tecnológico, do natural e do artificial, do político e do científico, que permitem fazer e desfazer colectivos, consolidar ou desestabilizar ordens, actuar localmente e agir à distância. São essas associações que tornam possível a criação e a consolidação de formas de ordem ou de desordem, de construção e de destruição. Nas palavras do filósofo alemão Peter Sloterdijk (2000), “não se pode pensar, hoje, a profundidade do futuro senão sob a forma de um complexo de dimensões de crescimento do artificial”.

A ciência e a tecnologia fornecem-nos, também, vocabulários de descrição, compreensão e explicação do mundo, que se transformaram em novos “vocabulários de motivo”³ e mesmo em modelos para formas de explicação do mundo que, à primeira vista, seriam consideradas como opostas à ciência. Como notam Callon, Lascoumes e Barthe (2001), o recurso à magia, por exemplo, pode aparecer hoje, em certos contextos, não como uma sobrevivência pré-moderna, atávica ou irracional, mas como uma tentativa de explicação completa e coerente de uma cadeia de acontecimentos, uma espécie de exacerbação do *ethos* explicativo da ciência. Outros estudos têm mostrado que as respostas dos cidadãos a incertezas associadas à exposição ou ao uso de certos tipos de tecnologias não é uma expressão da aversão ao risco, mas pode ser lida como o levar a sério e literalmente a reivindicação de explicação e de controlo do mundo pela ciência e pela tecnologia. Mesmo quando os vocabulários científicos ou técnicos são usados de formas consideradas incorrectas, inadequadas ou deficientes pelos cientistas ou pelos especialistas, servem para pensar por analogia, para pôr um nome às coisas ou ao que ocorre no mundo. A utilização “leiga” ou “profana” de vocabulários médicos ou mecânicos é um bom exemplo disto. A saturação da linguagem pelos vocabulários das ciências é, assim, um dos modos mais eficazes de estabelecer a sua hegemonia como linguagem do rigor e da verdade. Mesmo em países caracterizados como científica e tecnologicamente “atrasados”, a influência da ciência e da tecnologia - ao fornecer vocabulários, modelos, explicações e possibilidades de acção à distância ou de

3. A expressão foi usada por Wright Mills (1940), que a tomou do crítico literário e cultural Kenneth Burke; uma análise mais pormenorizada deste ponto, usando uma linguagem e abordagem diferentes, pode ser encontrada em Rouse, 1987.

conhecimento e de acção sobre entidades “invisíveis” com efeitos sobre o ambiente, saúde ou segurança dos seres humanos - condiciona e configura a vida colectiva de maneira muito forte e contribui de maneira decisiva para a redistribuição da autoridade cognitiva e cultural⁴.

É importante, porém, não esquecer as múltiplas ocultações e “invisibilizações” geradas por essa saturação da sociedade e da linguagem, causada pelas referências ao conhecimento, à informação, à ciência ou à tecnologia. Os discursos sobre a “nova economia”, sobre a “desmaterialização da economia” sobre a “informação”, sobre a “sociedade em rede” ou sobre os “valores pós-materialistas” têm um efeito performativo importante: o de remeter para a invisibilidade ou para o estatuto de fenómenos marginais ou irrelevantes muitos aspectos de uma materialidade do mundo (incluindo as desigualdades e as exclusões) que é, em grande medida, o resultado de intervenções socio-técnicas ou está associada a estas.

A ciência económica, por exemplo, na sua versão hegemónica, funciona hoje, muitas vezes, como um discurso performativo que, mais do que compreender o mundo, procura criá-lo e transformá-lo à imagem de um conjunto de pressupostos “fundacionais” sobre a natureza dos seres humanos, sobre os interesses que determinam a sua acção, sobre as formas da sua relação mútua e da sua relação com o mundo e sobre a concepção do que é um estado desejável do mundo. Podem ver-se, a este propósito e como ilustração deste ponto, os trabalhos de Donald Mackenzie (2001) sobre a teoria económica dos mercados financeiros ou os de Michel Callon (1999) sobre a construção institucional e social dos diferentes tipos de mercados. Referindo-se a esse carácter performático da ciência económica e à forma como ela consegue “invisibilizar” certos fenómenos, Philip Mirowski (2004) descreve a ortodoxia corrente como uma “arma de distração maciça”. Tal efeito performativo encontra-se, em maior ou menor grau, em boa parte dos discursos e das práticas científicas, incluindo a sociologia. Ele não é um efeito necessário ou inevitável desses discursos e práticas: resulta de escolhas e de dinâmicas delas decorrentes, que criam estrangulamentos, irreversibilidades e possibilidades de acção.

A relação com o conhecimento científico e técnico, incluindo o conhecimento científico-social, assume múltiplas formas e tem lugar de maneira distribuída, nos mais variados contextos e no quadro de actividades muito diversas: dos laboratórios aos terrenos da observação participante; das apropriações de tecnologias “vulgares” ou “mundanas” (electrodomésticos, telefone e telemóvel, computador ou automóvel) ao recurso a especialistas e técnicos (médicos, engenheiros, mecânicos, etc.); da exposição às ciências em contexto escolar às diferentes actividades de

4. Os parágrafos seguintes retomam temas que foram desenvolvidos em pormenor em Nunes, 2005, onde podem ser encontradas as referências bibliográficas relevantes.

divulgação científica; da frequência a museus de ciência e a centros de ciência às controvérsias públicas envolvendo temas científicos ou técnicos; da ficção científica à navegação na internet; da leitura de publicações científicas ou de divulgação científica aos jogos de computador. Nesse processo, os conhecimentos e as tecnologias são mobilizados, seja como modos de conferir ordem ao mundo, seja como recursos para a sua desestabilização e transformação.

A tensão entre a ubiquidade, a difusão e a apropriação distribuída dos conhecimentos e dos objectos científicos e técnicos, por um lado, e a crescente especialização dos saberes, por outro, cria uma situação em que a influência transformadora do conhecimento científico e técnico nunca foi tão grande, mas em que ela se pode processar de modos muito diferentes daqueles que são projectados ou pensados por cientistas, especialistas ou responsáveis políticos. A apropriação, a transformação e a recriação pela sociedade dos conhecimentos científicos e das tecnologias é um fenómeno que revela uma extraordinária criatividade social (tanto nos países do Norte como do Sul) e sobre o qual muito haveria a aprender, recorrendo aos instrumentos forjados pelas humanidades para o estudo da produção e da apropriação social dos objectos culturais.

O conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico tiveram consequências vastas, profundas e, em alguns casos, irreversíveis para o mundo e a para a sociedade, certamente, mas nem sempre essas consequências foram consideradas benéficas ou positivas por aqueles que com elas tiveram ou têm de viver. Governar e exercer a cidadania numa sociedade de conhecimento significa, hoje, avaliar as implicações, os efeitos e as consequências do conhecimento científico e do desenvolvimento tecnológico, de modo a considerar tanto os efeitos desejados e benéficos como os efeitos indesejados e negativos, e também compreender que esses efeitos e consequências podem ser diferentes e de sentidos opostos, em certos casos, para diferentes grupos e colectivos sociais, enquanto outros podem ter efeitos diferenciados sobre grupos e colectivos diversos no curto e médio prazo, mas efeitos negativos e/ou irreversíveis no longo prazo, afectando a todos.

O uso da energia nuclear; as armas de destruição em massa; a contaminação ambiental associada a actividades humanas e, em particular, à actividade industrial e ao consumo; os efeitos do uso de combustíveis fósseis sobre a atmosfera e o clima; os diferentes impactes sobre a saúde humana, causados pelo uso de certos produtos químicos e pelos processos de fabrico na produção industrial e no sector alimentar e agro-alimentar; os riscos associados às grandes instalações industriais ou equipamentos tecnológicos; os impactes ambientais e sociais de projectos de desenvolvimento urbano e territorial; as desigualdades no acesso às tecnologias de informação e de comunicação e os usos destas como meios de vigilância sobre os cidadãos; os efeitos de políticas económicas ou sociais ou de tecnologias sociais “desenhadas” segundo critérios alegadamente científicos; as chamadas “crises sa-

nitárias” (da AIDS e do sangue contaminado à BSE e à gripe aviária, passando pela reemergência de doenças que se julgavam controladas ou erradicadas); as dificuldades de resposta a desastres naturais; os problemas éticos ligados à manipulação da vida, que têm vindo a acumular-se em períodos recentes, têm suscitado a necessidade de não apenas avaliar a ciência e a tecnologia em termos das suas consequências e impactes, mas também de não lhes atribuir incondicionalmente o poder de só produzir resultados positivos.

Tais problemas confluem, por sua vez, com o reconhecimento crescente dos desconhecimentos e incertezas associados, em particular, a muitas inovações tecnológicas e a domínios de ponta da pesquisa científica (por exemplo, o domínio das ciências da vida e da biomedicina, da biotecnologia, da gestão ambiental). É a experiência recente dessas crises que, em muitos momentos e lugares, tem suscitado mobilizações públicas de cidadãos, intervenções de governos e controvérsias que são, simultânea e indissociavelmente, científicas e políticas e criam novos desafios à democracia e à cidadania, mas também às ciências sociais e humanas (cf. LATOUR, 2005; DODIER, 2003; BARRY, 2001; CALLON *et al*, 2001).

É destes problemas, em particular, que vou ocupar-me no resto da minha intervenção, até porque é aqui que me parecem particularmente visíveis a relevância e a indispensabilidade da investigação em ciências sociais e humanas.

Há hoje uma imaginação social que encontra expressão nas experiências e nas práticas dos grupos, dos movimentos sociais e dos actores institucionais que, em diferentes partes do mundo e no actual contexto de globalização, procuram compreender as condições que afectam a sua vida e construir respostas a essas condições. Ela inclui a diversidade de experiências não apenas dos 15% em que se concentra a população das sociedades que geralmente nos servem de referência quando falamos em sociedades de conhecimento, mas dos 85% que vivem no Sul, um Sul que não é apenas geográfico, mas que inclui o conjunto dos que, nas sociedades tanto do Sul como do Norte geográfico, sofrem os efeitos negativos das novas dinâmicas económicas e políticas associadas ao que se costuma designar de neoliberalismo. Não está só em jogo, aqui, a necessidade de alargamento do espaço comparativo das nossas pesquisas, mas também as próprias condições da compreensão das dinâmicas sociais dos países do Norte.

Como lembrava recentemente um colega colombiano e como não deixam de nos lembrar as experiências de pesquisa comparativa envolvendo sociedades do Sul, como as que foram e estão a ser coordenadas pelo meu colega Boaventura de Sousa Santos (2003, 2004a, b; SANTOS; NUNES, 2005; SANTOS; RODRIGUEZ-GARAVITO, 2005), é fácil esquecer que o modelo de organização económica hoje dominante na escala global começou por ser experimentado, muitas vezes sob regimes ditatoriais, em países da América Latina, e que muitos dos mecanismos políticos, económicos e financeiros de criação dessa nova ordem

económica na escala de cada país foram a seguir aplicados e aperfeiçoados um pouco por todo o mundo, mas especialmente na África, na Ásia e nos países do antigo bloco de Leste, na Europa.

O futuro dessa ordem económica mundial e das sociedades nela incorporadas poderá porventura ser prefigurado, não pelas variantes da utopia neoliberal – um mundo de prosperidade assente na mercadorização generalizada e num Estado mínimo organizado em torno das funções de repressão e defesa - que alimentam as novas vulgatas económicas e políticas nos países europeus ou nos Estados Unidos, mas pelas sociedades do Sul que, como a Colômbia, a Índia ou o Brasil, foram o campo de experimentação do modelo e, ao mesmo tempo, o terreno em que melhor poderemos apreciar as suas consequências, em contextos em que o Estado e as instituições públicas tendem a ser reduzidos a uma expressão compatível com a celebração da privatização e com as exigências do capitalismo global. Mas é também aí que vamos encontrar algumas das mais interessantes inovações no domínio da organização da sociedade civil e da invenção de novas esferas públicas, como respostas à aparentemente imparável dinâmica neoliberal, que podem oferecer recursos importantes para a reinvenção da acção social e política nos países centrais.⁵

A relevância desses cenários foi brutalmente lançada à cara daqueles que os consideravam como implausíveis – afinal, como se ouve dizer com frequência na Europa, não estamos no Terceiro Mundo! - pela demonstração trágica da incapacidade do país mais rico do mundo e campeão da nova ordem económica mundial, os Estados Unidos, de responder eficazmente aos problemas resultantes de catástrofes naturais – em contraste com algumas sociedades desdenhosamente rotuladas de “terceiro-mundistas”, como Moçambique, mas que, neste plano, teriam certamente muito a ensinar aos países ditos desenvolvidos.

Mas, nas últimas semanas, um outro acontecimento veio reforçar essa impressão de convergência entre os problemas dos países centrais e periféricos do sistema mundial. Estou-me a referir à revolta dos jovens nos subúrbios em França. Quando se vê, na televisão, o Ministro do Governo francês directamente responsável por lidar com esses problemas dizer que “claro que há miséria” ou “certamente que há desemprego e desenraizamento”, para depois acrescentar “mas isto não justifica a violência”, há um salto, uma elisão, uma omissão que permite ignorar dois problemas fundamentais: o que está na origem da miséria, do desemprego, do desenraizamento, da exclusão e do racismo e como estas condições podem gerar as respostas violentas a que se assistiu. Para os sociólogos, são e sempre foram estas as questões de fundo, as que doem, as que obrigam a uma interrogação séria sobre os

5. Pignarre e Stengers (2005) oferecem uma interessante reflexão sobre as respostas ao “pensamento único” no domínio da economia e às suas consequências.

efeitos das opções dominantes em matéria de política económica e social e de modelos de organização da sociedade. É bem mais fácil, certamente, recorrer à ideia de que quem se preocupa com esses aspectos está a “justificar” a violência ou a ser cúmplice dela e tratar o problema simplesmente como um problema de polícia, ou, ainda, responsabilizar algum tipo de inimigo “externo” pela situação (os jovens nascidos em França, cidadãos franceses, passaram assim a ser transformados em “outros”, e os imigrantes indocumentados viram acrescentado mais um atributo à sua desqualificação social)”.

A responsabilidade das ciências sociais é, precisamente, contribuir para a explicação, compreensão e construção de respostas solidárias a esses problemas. E é isto que têm feito há mais de duas décadas os nossos colegas sociólogos franceses, a partir de perspectivas e de orientações teóricas por vezes diferentes, mas mais interessadas em compreender o que são os problemas dessas populações de jovens do que em estigmatizá-los – lembrarei apenas, e limitando-me a estudos que se preocuparam com os problemas da educação neste contexto, os trabalhos de François Dubet (1987; 2002) ou de Pierre Bourdieu e dos seus colaboradores (1993). É activamente propagada e elaborada por alguns a crença de que uma mão invisível qualquer resolverá tais problemas, desde que haja uma ajuda da mão pesada e visível da polícia e do Estado (o tão vilipendiado Estado que, nesses casos, é sempre chamado a garantir a paz e a ordem). Tornou-se habitual, assim, a acusação de que a explicação e a compreensão da relação entre problemas pessoais e problemas públicos que Wright Mills, já em 1959, definia como a tarefa central da sociologia não passaria de uma justificação da violência e da desordem ou da resistência à mudança e à inovação, senão mesmo de cumplicidade com os protagonistas dessas ameaças à ordem e à paz.

A resposta de muitos sociólogos e pesquisadores nas ciências sociais e humanas que têm trabalhado sobre esses temas aponta noutra direcção. A resposta à violência poderá passar pela recuperação da figura do conflito ou, como diria o filósofo Jacques Rancière (1995), a “mésentente”, o desacordo, como condição central da democracia. O conflito não gera necessariamente violência. Esta surge quando o conflito é despolitizado e quando os temas que dividem as opiniões - e que por isso são aqueles que deveriam ser objecto da discussão política e do debate público – são estigmatizados como “fracturantes” e assim deslegitimados. Quando, desta forma, os cidadãos que não se reconhecem nos discursos dominantes sobre a ordem social e económica e sobre os seus alegados benefícios são, de facto, privados da possibilidade de discutir e deliberar no espaço público sobre as escolhas que realmente podem fazer a diferença, o resultado é a criação das condições para que a violência substitua o conflito.

O conflito e o dissenso, a própria possibilidade de tornar objecto de litígio e de debate a existência e o reconhecimento de grupos e colectivos sociais que se cons-

tituem através da sua irrupção no espaço público e da reivindicação da igualdade ou do reconhecimento das diferenças que os constituem enquanto sujeitos, estão na origem da politização das sociedades, da possibilidade de reconhecer a diferença, de reconhecer as possibilidades de acordo e de desacordo que permitem “compor” as formas de vida em comum sem enfrentamentos violentos, sem negar a existência incontornável e a produtividade de conflitos que se jogam no quadro de democracias organizadas não segundo um modelo da competição ou da concorrência, mas segundo um modelo agonístico, como lhe chamou Chantal Mouffe (2005). Esse modelo possibilita o enfrentamento das diferenças sem os antagonismos e as exclusões geradoras de violência e foi já objecto de conjunto importante de estudos realizados em diferentes países e continentes (SANTOS, 2003a; 2004a; b; SANTOS; NUNES, 2005; SANTOS; RODRIGUEZ-GARAVITO, 2005; RUI, 2004; DODIER, 2003; McADAM; TARROW; TILLY, 2001; BARRY, 2001; CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001; HOFRICHTER, 2000).

As ciências sociais e humanas são elas próprias protagonistas desse processo agonístico de construção da igualdade e da diferença. Elas não podem nem devem aceitar a sua redução a disciplinas às quais não caberia mais do que lidar com as externalidades (como diriam os economistas) de processos sociais que seriam comandados pela lógica “necessária” da economia neoliberal e de uma democracia de baixa intensidade, como se lida com os subprodutos indesejados do consumo.

Mas elas não podem também ter a pretensão de ser uma engenharia social, como quer ser a economia nas suas versões dominantes, uma espécie de nominalismo radical que, através de um toque de Midas conceptual, transforma universidades, escolas, hospitais ou serviços públicos em empresas; bens públicos, como a água, em bens transacionáveis em mercados; ou linhas celulares humanas em inovações patenteáveis. A ambição das ciências sociais poderá ser, antes, a de contribuir activamente para que sejam “internalizados” e postos à prova do debate público, em todos os projectos de inovação, de transformação, de desenvolvimento ou de intervenção social, as dinâmicas e os custos da transformação social. Para isso, elas não podem colocar-se no papel do legislador, mas tampouco podem confinar-se à interpretação, para retomar a tensão referida por Zygmunt Bauman a propósito dos intelectuais. Têm de reconhecer e assumir plenamente a sua condição de envolvimento nos processos que estudam e a responsabilidade pelas consequências desse envolvimento. É interessante lembrar que muita da pesquisa social sobre os temas que aqui foram evocados, na Europa, foi realizada no quadro de estudos sobre a governação e a cidadania nas sociedades de conhecimento e, em particular, sobre a governação da ciência e da tecnologia, em domínios em que os temas “fracturantes” (como as definições do humano e do natural, por exemplo) se tornaram incontornáveis e levaram à necessidade de encarar seriamente a “repolitização” do conflito através de iniciativas e de inovações institucionais que

constituem experimentações democráticas que podem vir a ter repercussões interessantes noutros domínios da vida social e das políticas públicas.

As ciências sociais e humanas movem-se entre as exigências de autonomia e de responsabilidade social, o que implica defender a autonomia e a legitimidade de instituições como as universidades públicas, que devem garantir a autonomia e a liberdade de orientação na pesquisa e no ensino, mas também a ligação à sociedade, a capacidade de ouvir e ver os problemas, os grupos e as dinâmicas emergentes e de mobilizar os recursos intelectuais e institucionais das ciências sociais e humanas para lidar com eles. Para que essa articulação entre autonomia e responsabilidade social seja viável, é importante contrariar a tendência que, em alguns países e, nomeadamente, nos países do Norte, é ainda muito forte, para considerar que o envolvimento público dos sociólogos e outros cientistas sociais e intelectuais comprometeria a sua integridade científica e profissional. Curiosamente, este argumento parece funcionar muitas vezes de maneira assimétrica: trabalhar para uma empresa ou para o Estado seria inteiramente compatível com a integridade intelectual e profissional do cientista social, mas já se tornaria suspeita de viés ideológico e político a opção de trabalhar com sindicatos, grupos ou movimentos de cidadãos ou movimentos sociais. Ao invés de nos deixarmos encerrar no papel de analistas das externalidades a que a subordinação à visão do mundo neoliberal nos condenaria, podemos assumir a posição de co-produtores de outras formas de conceber o mundo social e as suas possibilidades. Isto implica o esforço tanto de internalização do que a ordem neoliberal expulsa, através, por exemplo, do envolvimento na concepção e no desenho de novas arquitecturas políticas e de participação, quanto de dar visibilidade e trazer para a discussão científica e pública as experiências silenciadas e as iniciativas emergentes. Boaventura de Sousa Santos desafia-nos, nesse sentido, a explorar novos caminhos para a pesquisa em ciências sociais e humanas, que passam por uma epistemologia e sociologia das ausências e das emergências (SANTOS, 2003b).

Por aqui se poderão clarificar as condições da intervenção crítica dos pesquisadores e pesquisadoras em ciências sociais e humanas, entendida como o reconhecimento de que o real não se reduz ao que existe e que é crucial o “agarrar” dos momentos em que se cria uma possibilidade de mudança e a identificação, como propõe Boaventura de Sousa Santos (2003b), dos actores ausentes ou invisíveis e dos actores emergentes que interrompem a ordem do discurso e o discurso da ordem. O papel dos/as cientistas sociais assenta no reconhecimento de que são co-produtores do mundo que estudam. Elas e eles serão, assim, e para retomar uma expressão que usei noutro lado, testemunhas articuladas num mundo em transformação (NUNES, 2001).

Não tenho uma conclusão a propor a estas reflexões. Elas pretendem ser apenas mais uma contribuição para um debate que, espero, não interesse apenas às

ciências sociais e humanas e aos especialistas de educação. O seu destino deixou, evidentemente, a partir de agora, de estar apenas nas mãos do seu autor.

Referências bibliográficas

- BARRY, A. *Political Machines. Governing a Technological Society*. London: Athlone, 2001.
- BOURDIEU, P. et al. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.
- CALLON, M. Actor-network Theory: the market test. In: LAW, J.; HASSARD, J. (orgs.). *Actor Network Theory and Beyond*. Oxford: Sociological Review/Blackwell, 1999.
- CALLON, M; PIERRE, L.; YANNICK, B. *Agir dans um monde incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil, 2001.
- DODIER, N. *Leçons politiques de l'épidémie du sida*. Paris: Editions de l'École des Hautes Etudes em Sciences Sociles, 2003.
- DUBET, F. *La galère: Jeunes em survie*. Paris: Fayard, 1987.
- DUBET, F. Violences à l'école et violence scolaire. In: ÉRIC, M. (coord.) *Cosmopolitiques*. Paris: 2002. cap. 2, p. 25-39.
- HARDING, S. *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms and Epistemologies*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.
- HOFRICHTER, R. (org.). *Reclaiming the Environmental Debate*. Cambridge, Massachusetts: MITPress 2000.
- LATOUR, B. *Reassembling the Social*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MACKENZIE, D. Physics and finance: S-Terms and modern finance as a topic for science studies. *Science, technology and human values* 26. ed., 2001, cap. 2, p. 115-144.
- MILLS, C. W. Situated action and vocabularies of motive. In: *American sociological review.*, 1950. cap. 5, p. 904-913.
- MILLS, C. W. *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press, 1959.
- MIROWSKI, P. *The effortless economy of science?*. Durham, North Carolina: Duke University Press, 2004.
- MOUFFE, C. *On the political*. London: Routledge, 2005.
- NUNES, J. A. Teoria crítica, cultura e ciência: o(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In: SANTOS, B. S. *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001, p. 297-338.
- NUNES, J. A. *Da democracia técnica à cidadania cognitiva: a experimentação democrática nas "Sociedades de Conhecimento"*. 2005 (no prelo).

- PIGNARRE, P.; STENGERS, I. *La sorcellerie capitaliste. Pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005.
- RANCIÈRE, J. *La méésentente. Politique et philosophie*. Paris: Paris, 1995.
- ROUSE, J. *Knowledge and power*. Ithaca: Cornell University Press, 1987.
- SANDRINE, R. *La démocratie en débat*. Paris: Armand Colin, 2004.
- SANTOS, B. S. (org.). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento / Rio de Janeiro: Civilização, 2003a.
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Porto: Afrontamento / São Paulo: Cortez, 2003b, p. 735-775.
- SANTOS, B. S. (org.). *Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.
- SANTOS, B. S. (org.). *Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Afrontamento / Rio de Janeiro: Civilização, 2004b.
- SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. (orgs.). *Reinventing democracy. Grassroots movements in Portugal*. London: Routledge, 2005.
- SANTOS, B.S. RODRIGUEZ-GARAVITO, C. (orgs.). *Law and globalization from below*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- STENGER, I. *Cosmopolitiques*. 7 ed. Paris: Les Empêcheurs de penser en Rond/La découverte, 1996/97.

Recebido em 10 de abril de 2006 e aprovado em 23 de junho de 2006.